Temas Transversais: Requisitos legais

Educação a Distância
Cruzeiro do Sul Educacional
Campus Virtual

Material Teórico

Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Responsável pelo Conteúdo:
Profa. Dra. Andrea Borelli

Revisão Textual:
Profa. Ms. Magnólia Gonçalves Mangolini

UNIDADE

Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- As comunidades nativas
- O negro no Brasil
- A família e a comunidade
- Lutas e Resistências
- O Fim da Escravidão e o pós-abolição
- Samba, carnaval, capoeira, candomblé, culinária
- A questão do Racismo

Objetivo de APRENDIZADO

A presente unidade objetiva apresentar alguns aspectos das tensões e contribuições das comunidades nativas e afro-brasileiras para a formação da cultura nacional.

Atenção

Para um bom aproveitamento do curso, leia o material teórico atentamente antes de realizar as atividades. É importante também respeitar os prazos estabelecidos no cronograma.

Contextualização

> Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda" (Antonil, Cultura e Opulência do Brasil, 1711, Livro I, Capítulo, IX).

A presença dos negros no Brasil é uma história marcada pela escravidão, pela dor e pela violência, mas também pela beleza, pelo trabalho e pela alegria.

Assista ao vídeo "Escravidão no Brasil – fotos do Instituto Moreira Salles" e conheça os rostos e cores dos negros que tanto contribuíram para a riqueza nacional.

- http://www.youtube.com/watch?v=jRZRa4H8674&feature=share&list=PLE6DBA1C8F6342642

As comunidades nativas

No momento em que os portugueses chegaram ao Brasil, o seu contato mais direto foi com os índios da nação tupi, que dominavam o litoral do Ceará a São Paulo, e os guaranis, que ocupavam o litoral Sul.

Além destes grupos, existiam outras nações indígenas, falantes de outras línguas, que o tupi chamavam de tapuias. Existem registros dos modos de vida destes índios em viajantes como Hans Staden, Jean de Lery e mesmo na Carta de Pêro Vaz de Caminha.

> A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. ... traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrês, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.
>
> Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel

Os contatos entre estes grupos e os portugueses eram mediados pelo escambo. Os portugueses ofereciam enxadas, machados e facões em troca da madeira que deu nome ao país: o pau-brasil.

Os índios localizavam as árvores, derrubavam e ajudavam no transporte da madeira.

O escambo de pau- brasil marcou as primeiras décadas de contato entre os índios e os europeus, visto que, além dos portugueses, nossas praias eram visitadas por franceses que também cobiçavam o pau brasil.

Mauro Guanandi - Flickr.com

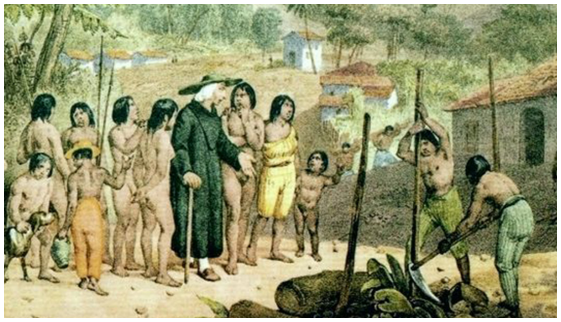
O desenvolvimento da cultura açucareira modificou esta relação, pois os índios passaram a ser vistos como um obstáculo para a posse da terra e como mão de obra para os engenhos.

As relações tornaram-se conflituosas e os colonizadores conseguiram empurrar os grupos indígenas para o interior, além de lucrar com o comércio de escravos indígenas.

Sobre este tema é importante notar que a resistência dos índios em trabalhar estava fundamentada no fato de que o trabalho nas aldeias não era regulado e sistemático, como na agricultura açucareira. Este é o motivo que levou os índios a resistirem ao trabalho agrícola e não resistiu a trabalhar na extração do pau-brasil.

Debret

O tema da escravidão traz outra questão: a ação dos missionários jesuítas. Os jesuítas organizaram grandes ações de catequização, que contribuíram para a destruição da cultura tradicional. Contudo, os jesuítas tentaram impedir a escravização dos indígenas, através de sermões contra este processo.



Rugendas

> "que os índios sejam pagos de seu trabalho; nenhum índio irá servir a morador algum, nem ainda nas obras públicas..."
>
> Carta do Padre Antônio Viera ao rei D. João IV, em 06 de abril de 1654

Além da igreja que ocupava um papel assistencialista, coube ao governo nacional mediar às relações entre os indígenas e colonos, e esta situação se manteve durante o império e a república.

Diversas tribos procuraram mudar para o interior para evitar os contatos com os brancos, e esta estratégia funcionou durante muito tempo. Um exemplo é a expedição dos irmãos Villas Boas.

Os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas foram parte da expedição que contatou os Xavantes, que na década de 40 ainda eram uma tribo hostil. Além disso, eles estabeleceram contatos com 14 povos do alto Xingu, que tinham uma grande diversidade cultural.

Durante a década de 70, os diversos grupos indígenas começaram a se organizar, e este movimento teve grande repercussão, e no final da década estes movimentos se organizaram na União Nacional das Nações, o que teve um grande impacto sobre a sociedade brasileira e colocou o tema dos indígenas em discussão.

> "Até o momento, os brancos definiram que comportamentos e leis nós deveríamos seguir. Agora, com a nossa agenda, queremos redefinir essas regras(...) Na verdade, estamos iniciando um processo de luta, abrindo estradas para o futuro". Marcos Terena

As discussões sobre o movimento indígena refletiram nas medidas criadas pela Constituição de 1988, que alterou a relação entre os índios e o estado, e reconheceu o direito a manter sua organização social e cultural, além de determinar que os grupos tivessem direito as terras que tradicionalmente ocupavam.

> Artigo 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. - Constituição Federal de 1988.

Esta constituição inovou quando reconheceu o direito originário dos índios a terra, ou seja, este direito é anterior ao surgimento do estado, existindo de forma independente e sem a necessidade de reconhecimento formal.

Lei determina o que são as terras indígenas, no parágrafo 1 do artigo 231:

> São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. - Constituição Federal de 1988

A Constituição previa que as terras indígenas deveriam ser demarcadas em um prazo de cinco anos, contudo, isso nunca aconteceu e vários grupos ainda não tem este direito regularizado.

O negro no Brasil

Chegando ao Brasil

O deslocamento forcado de aproximadamente 4 milhões de pessoas por quase trezentos anos, marcou profundamente a sociedade brasileira, e esta marca vem da África.

O apresamento de africanos e seu deslocamento para o Brasil foi à forma encontrada pela coroa portuguesa para garantir mão de obra suficiente para explorar os recursos de sua colônia.

Antes de investir na escravidão africana, os portugueses apostaram na escravização das populações locais, que eram chamados de negros da terra em oposição aos africanos, que inicialmente, eram conhecidos por negros da guine.

Por volta do século XVI, a oferta de escravos indígenas diminuiu e o governo português passou a estimular o tráfico africano, que era mais lucrativo e interessante para a metrópole. Contudo, cabe destacar que em muitas regiões pobres da colônia, a escravidão dos índios continuou a ser praticada, afinal, o escravo indígena era mais barato que o africano.

No século XVIII, o tráfico tinha se consolidado como uma das atividades mais lucrativas da colônia, e os traficantes eram pessoas ricas e poderosas que participavam da vida política da colônia.

Os portugueses trouxeram pessoas de todas as partes do continente africano e esta medida objetivava impedir a concentração de indivíduos com mesma língua e cultura. Deve-se destacar que este ideal nem sempre era alcançado, pois os traficantes muitas vezes agrupavam as pessoas para facilitar o apresamento.

A diversidade de grupos fez do Brasil um espaço privilegiado para a convivência destas tradições culturais, que ajudaram a moldar e colorir a cultura nacional.

Mapa com as rotas de tráfico

http://profwladimir.blogspot.com.br/2013/04/mapas-de-trafico-negreiro-no-brasil.html

As pessoas apresadas no interior da África eram transportadas para os portos de saída e muitos morriam já neste trajeto, devido aos maus tratos e as doenças. A situação não era melhor nas áreas portuárias, onde eram colocados em barracões ou cercados e, segundo os dados 40% dos aprisionados morriam ainda em Angola.

> "Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira do mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim... Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse. Isso era tudo quanto eu achava que tinha o direito de saber."

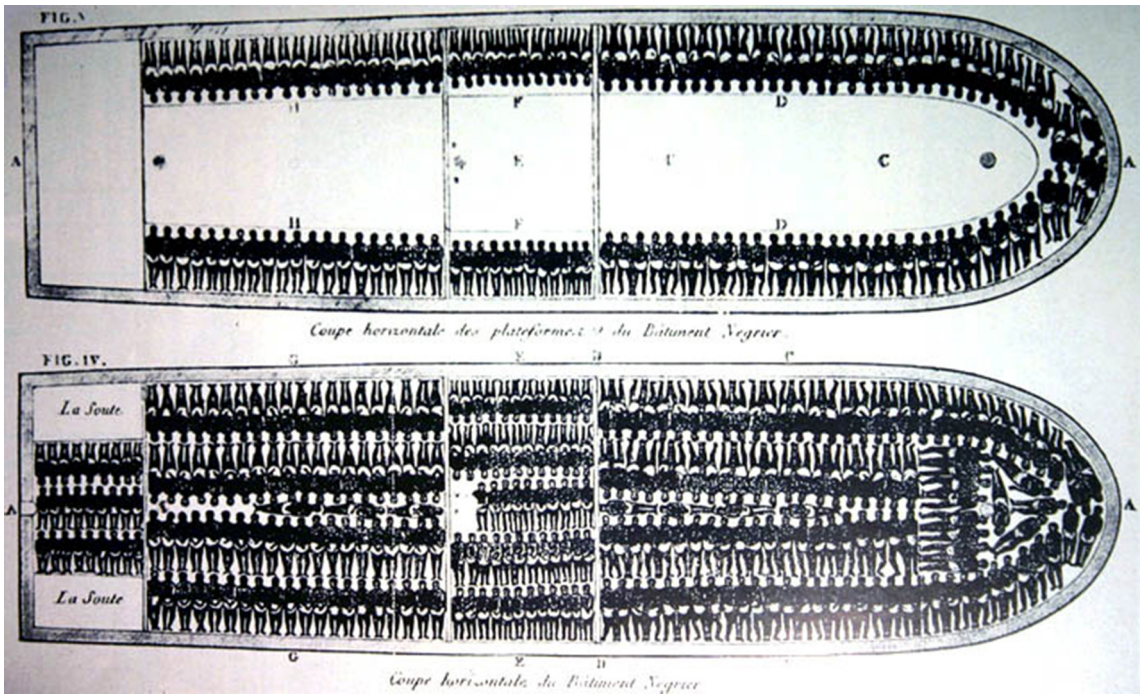
Mahommah G. Baquaqua viveu a experiência do tráfico e a relatou em um livro publicado em 1854.

saiba

Sobre a experiência de Mahommah G. Baquaqua no Brasil, você pode ler o texto da historiadora Silvia Hunold Lara.

http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3686

Os escravos eram alojados nos porões dos navios negreiros, também chamados de tumbeiros. Nestes navios, além da superlotação, eles passavam, recebiam pouca água e quase nenhum alimento, o que ampliava o número de mortes. Os relatos de motins em navios negreiros são raros, contudo eles aconteciam e para evitar problemas, os escravos mais inquietos eram acorrentados as paredes ou a chão do barco.



Tumbeiros - http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2011/07/navio-negreiro.jpg

"Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto." Mahommah G. Baquaqua viveu a experiência do tráfico e a relatou em um livro publicado em 1854.

Os escravos trazidos para o Brasil eram maioritariamente homens entre 10 e 30 anos, que eram imediatamente absorvidos pelo trabalho seja nas fazendas ou nas cidades. O número de mulheres e crianças era pequeno por dois motivos: os brasileiros preferiam escravos no perfil indicado e as mulheres e crianças pequenas eram vendidas na própria África pelas tribos que controlavam o tráfico.

O importante é observar que o número de homens trazidos como escravos era muito maior que o número de mulheres.

No momento em que chegavam ao Brasil, os escravos eram desembarcados, contados e os traficantes devia pagar os impostos devidos à coroa. Dependendo da situação, eles podiam ser imediatamente vendidos ou levados para depósitos, dependendo da situação.

> Quando desembarquei, senti-me grato à Providência por ter me permitido respirar ar puro novamente, pensamento este que absorvia quase todos os outros. Pouco me importava, então, de ser um escravo, havia me safado do navio e era apenas nisso que eu pensava... Permaneci nesse mercado de escravos apenas um dia ou dois, antes de ser vendido a outro traficante na cidade que, por sua vez, me revendeu a um homem do interior, que era padeiro e residia num lugar não muito distante de Pernambuco. Quando um navio negreiro aporta, a notícia espalha-se como um rastilho de pólvora. Acorrem, então, todos os interessados na chegada da embarcação com sua carga de mercadoria viva, selecionando do estoque aqueles mais adequados aos seus propósitos, e comprando os escravos na mesmíssima maneira como se compra gado ou cavalos num mercado. Mas, se num carregamento não houver o tipo de escravo adequado às necessidades e desejos dos compradores, encomenda-se ao Capitão, especificando os tipos exigidos, que serão trazidos na próxima vez em que o navio vier ao porto. Há uma grande quantidade de pessoas que fazem um verdadeiro negócio dessa compra e venda de carne humana e que só fazem isso para se manter, dependendo inteiramente desse tipo de tráfico."
>
> Mahommah G. Baquaqua viveu a experiência do tráfico e a relatou em um livro publicado em 1854.

As mudanças nas estruturas econômicas internacionais alteram os interesses da coroa britânica nas questões relativas ao tráfico negro e, partir do Bill Aberdden, a marinha inglesa passou a perseguir os navios negreiros, o que dificultou a entrada de africanos no país.

Rugendas

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico vindo da África, mas a escravidão ainda permanecia como uma estrutura importante, seja pelo contrabando ou pelo comércio interprovincial.

Os homens e mulheres expostos a este comércio sofreram o mesmo desenraizamento dos que foram trazidos da África para o Brasil. Eles também foram arrancados de suas regiões de nascimento e das suas famílias.

Em costas negras...

A maior parte riqueza produzida no Brasil foi, por mais de trezentos anos, resultado do trabalho escravo.

Eles trabalhavam nos grandes latifúndios, produzindo cana ou café. Trabalharam na mineração, na agricultura de subsistência e em muitas atividades urbanas.

> "Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros." Robert Ave- Lallemant, admirado com a grande população negra nas ruas de Salvador.

A escravidão era uma prática disseminada na sociedade brasileira, além dos grandes proprietários, a maioria da população, militares, funcionários públicos, e mesmo ex-escravos tinham escravos. Nas áreas urbanas, aliás, a maioria dos escravos estava concentrada em pequenos grupos de até 2 cativos.

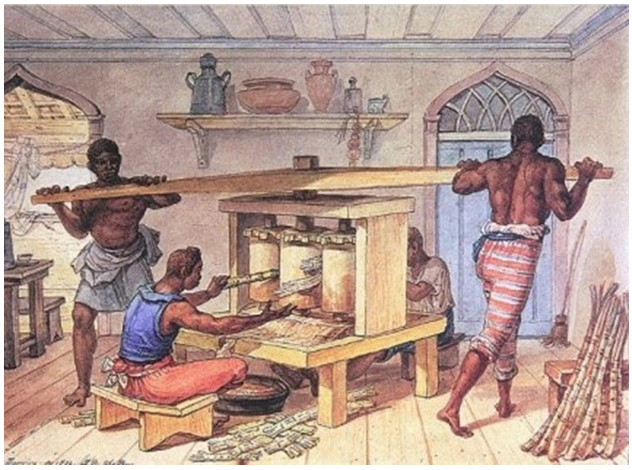
A relação entre os senhores e seus escravos era marcada pela coação, e os escravos tinham poucas formas de defesa contra o seu proprietário, apesar da lei proibir atos de crueldade contra estas pessoas.

As denúncias de maus tratos eram poucas e, geralmente, o responsável era "perdoado" mediante o pagamento de multa. Contudo, os escravos nunca foram figuras passivas, e procuravam resistir à dominação, através de estratégias que subvertiam a ordem estabelecida e por atos de resistência, como fugas, que levam os senhores a repensar suas práticas, procuram um equilíbrio entre coação e convencimento.

> Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo...Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença.
>
> Parte do tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se rebelaram, por volta de 1789.

As condições de vida dos escravos no Brasil eram muito ruins, seja nas áreas urbanas ou rurais.

A moradia mais comum era a senzala, que podia assumir diversos formatos. Geralmente, a senzala era um grande barracão com uma única entrada e que era fechada durante a noite. Algumas vezes, podiam ser construídos barracões para homens e outro para mulheres e, além disso, as senzalas podiam conter compartimentos para casais com filhos. Em outros locais, as moradias eram barracos construídos pelos próprios escravos, seguindo suas tradições culturais, contudo, isso não significa que estes trabalhadores eram menos vigiados que os que viviam em outras condições.



Debret

Nas regiões de mineração, os escravos viviam em moradias, chamadas de ranchos, que podiam ser desmontadas para acompanhar as mudanças na área a ser explorada.

Além de viver em condições terríveis, as vestimentas usadas pelos escravos eram ainda mais precárias. Aliás, a vestimenta era uma forma de diferenciar os escravos; os domésticos usavam roupas de melhor qualidade porque acompanhavam seus senhores em suas atividades cotidianas e muitas vezes os escravos que agradavam o seu senhor, como aqueles que descobriam pedras preciosas na área de mineração, recebiam roupas como forma de premiação.

Todos os observadores eram unânimes em dizer que os escravos no Brasil eram mal alimentados, e isso tinha um grande peso na pequena perspectiva de vida deste grupo. Em muitos casos, os senhores permitiam que os escravos completassem sua parca alimentação através da caça de pequenos animais, da pesca e, em muitas fazendas, recebiam a permissão para iniciar pequenas lavouras.

Estas lavouras eram interessantes tanto para os senhores, que transferiam a responsabilidade da alimentação para os próprios cativos, quanto para os escravos que tinham acesso a melhores alimentos e a maior diversidade de produtos.

Nas cidades, os escravos realizavam importantes atividades, como transporte de mercadorias, de água e de pessoas. Contudo, além de carregadores, os escravos eram pedreiros, sapateiros, ferreiros, costureiras, doceiras, e uma outra infinidade de atividades.

Nas áreas urbanas, os escravos passavam uma boa parte de seu tempo longe dos olhos de seus senhores, contudo isso não significa que estavam livres do controle de seus senhores. Deve-se observar entre tanto, que a relativa autonomia dos escravos urbanos era real, principalmente no caso dos chamados escravos de ganho.

Os escravos de ganho viviam sós e deviam entregar ao senhor uma quantidade fixa de dinheiro todos os meses ou semanas, dependendo do acerto entre as partes, eram responsáveis por sua alimentação e moradia.

Todos os escravos urbanos eram proibidos de circular nas cidades depois de anoitecer e não podiam portar nenhum tipo de arma, e isso se deve ao medo de um possível levante contra os senhores ou os outros moradores.

Apesar de todas estas medidas, os escravos continuavam circulando, trabalhando e participando da vida das cidades, durante o dia e durante a noite.

O espaço do trabalho, seja para os escravos urbanos ou para os rurais, era o local de forjar solidariedades, de aprender ofícios ou de aprender a língua. Estas alianças obedeciam muitas lógicas diferentes; os escravos podiam se agrupar devido sua origem, profissão ou pelo fato de pertencer ao mesmo senhor. Observe que estes grupos podiam ser antagonistas, devido às questões tribais ou rivalidades profissionais e, muitas vezes, os senhores procuravam agravar estas diferenças para melhor controlar a situação.

A família e a comunidade

As comunidades escravas no Brasil foram resultado do tráfico, que tinha como elemento central o processo de desenraizamento do indivíduo, e esta característica fez que outros elementos, como o trabalho, a religiosidade ou os grupos de convívio, sedimentassem os sentidos de família e comunidade.

Os primeiros contatos entre os senhores e os escravos eram organizados para marcar a relação de propriedade/dominação entre eles; ou seja, o senhor pretendia reafirmar sua autoridade ao escravo.

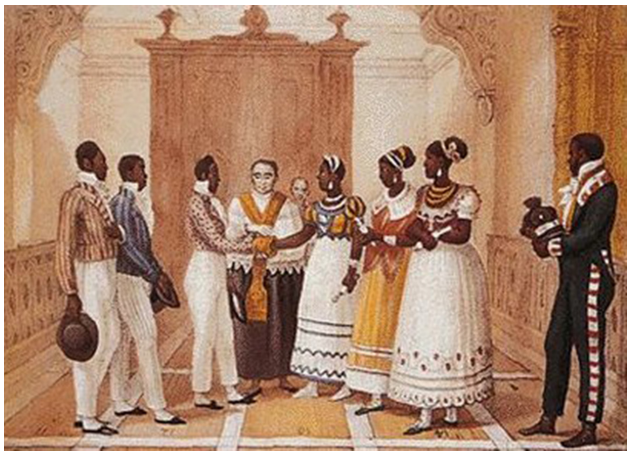
Esta estrutura social tinha como apoio a ação da Igreja Católica que procurava incutir paciência e obediência nos escravos.

A identidade étnica foi um fator de agregação dos africanos, em geral, estas eram formadas em torno de línguas comuns ou assemelhadas, e essas identidades foram em grande parte construídas no Brasil.

Parece lógico pensar que a escravidão dificultava a formação de relações familiares, uma vez que existia um grande desequilíbrio entre homens e mulheres nas senzalas, entre outros problemas.

Contudo, os estudos mais recentes apontam que os escravos procuravam manter relações conjugais estáveis e estabelecia famílias extensas, além de outras estruturas de convivência muito importantes, como o compadrio.

Deve-se observar que as relações religiosas tinham uma grande importância no cotidiano brasileiro, e as crenças africanas contribuíram para a riqueza das nossas tradições neste tema.



Casamento de negros, provavelmente ligados a famílias de elite – Debret

Além das práticas tradicionais africanas, que foram o embrião das religiões afro-brasileira, os africanos trouxeram outras experiências religiosas, como o islamismo e o catolicismo.

O catolicismo era a religião dominante do país, e muitos escravos participavam ativamente de seus ritos, reuniões e festas.

No século XVII, as irmandades negras surgiram no Brasil e estes grupos reuniam pessoas de condições diversas, como homens e mulheres livres, alforriados e também escravos.

Festa de irmandade negra - Rugendas

As festas organizadas pelas irmandades eram grandiosas e traziam centenas de pessoas às igrejas. Estas festas eram momentos de reunião de reforçar solidariedade e encontrar amigos, tudo regado por batuques, comida e dança.

Além das festas, novenas e outras práticas religiosas, as irmandades promoviam proteção para seus membros, sendo responsáveis por compras de alforrias ou garantia do enterro adequado. Enfim, este foi um importante local de sociabilidade e de manutenção das tradições culturais.

Lutas e Resistências

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50U000

DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulando-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.° 77, receberá 50U000 de gratificação.

Cartaz de 1854, Rio de Janeiro

A presença dos escravos no Brasil foi acompanhada pela rebeldia e pelas mais variadas formas de resistência.

Algumas vezes, os escravos fugiam de seus senhores com o objetivo de atingir alguma reivindicação imediata, como a substituição de um feitor. Estas são o que chamamos de fugas reivindicatórias, que apontam as estratégias dos escravos para alterar condições de trabalhos ou de vida, e evidenciam os limites da dominação.

Contudo, a maior parte dos escravos pretendia obter sua liberdade com o ato da fuga. Deve-se observar que fugir era perigoso, difícil e o sucesso dependia diretamente da solidariedade dos que podiam facilitar a fuga, fornecer abrigo ou alimento.

Muitos escravos procuram abrigo em comunidades formadas por negros fugidos, que eram conhecidas como Quilombos. Estes grupos não eram formados exclusivamente por escravos, mas podiam reunir índios, libertos e outros excluídos. Além disso, muitos quilombos ficavam próximos a cidades e participavam das atividades econômicas.

Apesar disso, os quilombos representavam um grande perigo para a estrutura escravista e foram destruídos, como aconteceu com Palmares ou o Quilombo Buraco do Tatu, que ficava próximo à cidade de Salvador.

Os escravos também organizaram levantes e rebeliões que tinham alcances variados, desde a desorganização da produção em uma única propriedade até levantes formalmente organizados, como o Levante dos Males que aconteceu em 1835.

Este levante e outros ocorridos ao longo do país, aumentaram a necessidade da elite em manter o controle da população escrava.

É importante lembrar, que estas não eram as únicas formas de resistência deste grupo. Os escravos resistiam cotidianamente: podia sabotar a produção do senhor, fingir estar doente para diminuir sua jornada de trabalho, envenenar as pessoas da casa-grande, desobedecer sistematicamente e toda uma série de comportamentos que lhes davam controle sobre sua vida, mesmo no ambiente da escravidão.

O Fim da Escravidão e o pós-abolição

As mudanças acontecidas nas formas de produção levou a pressões pelo final da escravidão.

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, tomou uma série de medidas para dificultar o tráfico e, em 1845, o governo inglês aprovou uma lei que permitia o apressamento e confisco de navios envolvidos neste tipo de atividade. Esta lei ficou conhecida como Bill Aberdeen, em homenagem a seu criador Lord George Aberdeen.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra ficaram estremecidas, já que o governo imperial não tomou nenhuma providência para conter a entrada e circulação de escravos no país.

Somente em 1850, os deputados brasileiros aprovaram a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos no país.

Esta proibição fez o preço do escravo disparar e aumentou o tráfico interprovincial, entre 1873 e 1881, especialmente por causa das demandas do café.

Várias medidas foram discutidas e aprovadas, entre elas destacam-se:

Leis Abolicionistas	
1871 – Lei do Ventre livre	Liberta as crianças nascidas a partir da data de publicação da lei
1885 – Lei do Sexagenário	Liberta os escravos com mais de 60 anos
1888 – Lei Áurea	Liberta todos os escravos

A abolição não significou o final dos preconceitos contra os negros e das práticas autoritárias da elite nacional, e a situação concreta dos ex-escravos não fazia parte das preocupações do estado.

Diante destas circunstâncias, estas pessoas constroem trajetórias de luta que marcaram gerações e que permitiram afirmar a importância dos negros na constituição da cultura nacional.

Samba, carnaval, capoeira, candomblé, culinária

Ministério da Cultura

Capoeira ou a dança de guerra – Rugendas, 1835.

Estátua de Oxum, Porto Alegre
Eugenio Hansen - commons.wikimedia.org

Na constituição da identidade nacional muitos elementos das tradições africanas foram incorporados, transformados e considerados genuinamente brasileiros.

A influência africana na música é especialmente sentida no samba, que se transformou em cartão postal do país, pois faz parte de uma das mais importantes festas populares do mundo: o Carnaval.

O carnaval, também, apresenta muitos elementos herdados das tradições negras. Os cordões, os ranchos e outras formas de divertimento popular foram fundamentais para que o Carnaval ganhasse seus contornos atuais, com grandes agremiações: as escolas de samba.

O som dos tambores africanos também pode ser ouvido em outras manifestações musicais brasileiras Maracatu à Congada.

A capoeira foi desenvolvida como uma forma de defesa que era ensinada de escravo para escravo. Contudo, a necessidade de "esconder" esta habilidade tornou os movimentos da luta próximos a uma dança que se adaptava às cantorias e batuques africanos, permitindo que os praticantes disseminassem seu conhecimento.

A prática da capoeira foi proibida no Brasil até a década de 30, quando Getúlio Vargas afirmou que a capoeira era "o único esporte verdadeiramente nacional".

Outra grande contribuição africana à cultura nacional é na culinária. Pratos como o vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada, bala de coco e muitos outros foram criados entre os escravos e ganharam o gosto popular. Sem dúvida, o mais famoso destes pratos é a feijoada, que hoje é uma das maiores referências da cozinha nacional.

A feijoada nasceu nas senzalas, onde as escravas juntavam ao feijão preto as partes do porco que não eram consumidas pelo senhor, como a orelha e o rabo.

No campo religioso, as culturas africanas gestou tradições religiosas diversas. A mais tradicional delas é o candomblé, que nasceu na Bahia.

O candomblé é resultado da mistura de tradições yoruba, bantu e outras trazidas de várias partes da África. Além destas crenças, se juntaram elementos do catolicismo, que era muito popular no Brasil, dando origem a uma reunião carregada de elementos sincréticos.

Outras crenças, como a Umbanda, acrescentam outros elementos à crença, contudo o importante é notar a riqueza de cultural dos culto afro-brasileiros.

A questão do Racismo

A Constituição de 1988 afirma que todos as pessoas nascem iguais e são portadoras de direitos inerentes a condição de ser humano. Esta lei vale para todos e é proibido discriminar as pessoas, seja qual for a razão.

O direito da igualdade de tratamento é acompanhada pelo direito a diferença. Este direito é a possibilidade de ser e viver de acordo com sua cultura e suas características pessoais sem sofrer nenhum tipo de discriminação por este motivo.

O direito a igualdade e o direito à diferença garantem a existência de uma sociedade plural, que respeita todas as tradições culturais e escolhas pessoais, para que todos sejam tratados com igualdade.

Racismo é tratar alguém de forma diferente e inferior por causa de cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional, segundo o artigo 1 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que foi alterado pela Lei 9459 de 13 de maio de 1997. A legislação brasileira também prevê como crime a discriminação por práticas religiosas, quaisquer que sejam.

A formação de uma sociedade plural é um processo de construção e o papel de todos nos é ajudar a erradicar estas práticas, por isso: Denuncie!

Mecanismos legais que podem ser utilizados em caso de Racismo	
Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940	Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003) Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)
Lei nº 7716 de 5 de janeiro de 1989	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	Ratificada pelo Decreto 65810 de 1969.

Material Complementar

Para o caso de você desejar se aprofundar em algumas questões trabalhadas no conteúdo, disponibilizamos, aqui, uma relação de materiais complementares para você.

Filmes e documentários

A negação do Brasil

Direção: Joel Zito Araújo

Ano de Lançamento: 2000

O documentário analisa o papel atribuído aos atores negros, que sempre representam personagens mais estereotipados e negativos, na TV.

Quanto vale ou é por quilo?

Direção: Sergio Bianchi

Ano de Lançamento: 2005

O filme questiona não apenas o racismo, mas também as maneiras ineficazes de combatê-lo hoje em dia.

Livros e Artigos

AMARAL, Rita. **"Porque a diversidade faz bem"**. Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana. Ano 5, v. 5, n. 7, 2008. Disponível em: http://www.osurbanitas.org/osurbanitas7/Amaral072008.html

Coleção História Geral da África – 7 volumes http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.UhZlPZUb2sY

ORTIZ, Renato. **"Anotações sobre o universal e a diversidade**". Revista Brasileira de Educação v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a02v1234.pdf

SEGATO, Rita Laura. "**Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos fundamentais**". Revista MANA, n. 12(1), p. 207-236, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100008&script=sci_arttext

MBAYA, Etienne-Richard. **"Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas**". Revista do Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, n. 11 (30), 1997. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a03.pdf

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o Racismo.** Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf

Referências

Albuquerque, Wlamyra R. Fraga Filho, Walter. **UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2007. Disponível em http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php

Barros, Zelinda dos Santos. **Educação e relações étnico-raciais.** Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. Disponível em http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php

Monteiro, John Manuel. **NEGROS DA TERRA** - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Anotações

Educação a Distância
Cruzeiro do Sul Educacional
Campus Virtual

www.cruzeirodosulvirtual.com.br
Campus Liberdade
Rua Galvão Bueno, 868
CEP 01506-000
São Paulo SP Brasil
Tel: (55 11) 3385-3000

Universidade Cruzeiro do Sul

UNICID Universidade Cidade de S. Paulo

UNIFRAN Universidade de Franca

UDF Centro Universitário

Módulo Centro Universitário